

# Saúde quer otimizar recursos e área social tem novo programa

**□ Gestores do Estado avaliam ações deste ano e sinalizam prioridades para 2018, durante revisão participativa do PPAG**

Assim como ocorreu este ano, o planejamento do Governo estadual para a saúde, em 2018, não deve priorizar investimentos em obras de grande vulto e em equipamentos. Ao mesmo tempo, o Executivo pretende estabelecer indicadores hospitalares para nortear gastos com o setor, conforme apontaram, nessa terça-feira (31), gestores da área de saúde do Estado.

Objetivo das discussões é coletar sugestões da sociedade para o Plano

Eles participaram do segundo dia do encontro estadual da discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2017-2019 – Revisão 2018, realizado pela Assembleia, que também tratou de programas e ações nas áreas de assistência social e segurança alimentar e de trabalho, emprego e renda.



Parlamentares falaram sobre iniciativas do Governo a partir da participação popular

Os trabalhos serão retomados na próxima segunda-feira (6), com a discussão de outras temáticas até a quinta-feira (9). O objetivo é coletar sugestões da sociedade para a revisão do PPAG, plano que organiza os programas e ações governamentais para um período de quatro anos e que passa por adequações anuais ao Orçamento.

**INTERVENÇÕES** - “Quanto à nossa rede, estamos tomando providências para prosse-

guir com intervenções que já constam no planejamento do Governo. Esperamos que obras maiores sejam concretizadas quando a situação financeira do Estado melhorar”, pontuou a assessora da Fundação Hospitalar do Estado (Fhemig), Karina Andrade.

Ela fez coro às dificuldades apontadas, já na abertura dos trabalhos, pelo representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Leandro Pereira, que apresentou dados sobre o desequilíbrio orçamen-

tário mineiro, cujo déficit para 2018 está estimado em R\$ 8,2 bilhões.

Diante desse cenário, a representante da Fhemig expôs que muitas das unidades da rede precisariam de grandes reformas (tendo em vista que são construções antigas), mas descartou investimentos nessa direção. O que haverá é a continuidade de esforços para melhorar o atendimento nas unidades.

**JOÃO XXIII** – Entre os esforços do governo, foram mencionados exemplos de resultados para 2018, como a criação de um laboratório de função pulmonar no Hospital Júlia Kubitschek e de melhorias no Hospital de Pronto Socorro (HPS) João XXIII, ambos em Belo Horizonte.

O objetivo quanto ao João XXIII é dar continuidade ao encaminhamento de ações emergenciais relativas à melhoria da rede elétrica, instalação de caldeira, conclusão de trabalho para a prevenção de incêndio, recuperação de telhado, compra de monitores e de camas.

Outro resultado esperado para 2018 é a implantação de um sistema de organização de procura e de captação de órgãos para transplantes, de forma a incrementar em 10% essa captação.

## Superintendente da SES diz que indicadores podem racionalizar gastos

A superintendente de Redes de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Lara Valadares, também frisou que a prioridade é a manutenção das redes, juntamente com esforços para tornar possível a estruturação de uma política hospitalar baseada na construção de indicadores.

“A ideia é que se tenha coeficientes regionais que aumentem a eficiência do gasto em cenário de crise, levando em conta, por exemplo, o papel de cada unidade em sua micro e macrorregião, suas especialidades e abrangência”, explicou.

Segundo Lara, dos 488 hospitais que essa política em estudo abrangeria, 93% já teriam sido visitados visando à cons-

trução desses coeficientes.

**DROGAS** – Por sua vez, a subsecretária de Política sobre Drogas da SES, Patrícia Magalhães, manifestou preocupação. “Até julho deste ano, ultrapassamos nossas metas. No entanto, para 2018, nosso orçamento foi diminuído, sobretudo no acolhimento, o que inviabiliza a política”, alertou. Segundo a subsecretária, ações já contratadas por meio de editais finalizados este ano somam R\$ 8 milhões, R\$ 3 milhões a mais do que os R\$ 5 milhões previstos na revisão do PPAG para 2018.

A subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e

Desenvolvimento Social (Sedese), Simone Albuquerque, disse que não haverá cortes na área, e sim uma readequação do planejamento. “Mas os compromissos com os mais fracos e vulneráveis estão mantidos”, registrou.

**REDE CUIDAR** - Entre as prioridades da área, ela destacou o novo programa Rede Cuidar, cuja criação foi aprovada pela ALMG este ano. O programa vai apoiar técnica e financeiramente as unidades da rede socioassistencial que apresentem maior situação de fragilidade no acolhimento a crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, em si-

tuação de rua ou que estejam sob medidas protetivas.

A vice-presidente da Comissão de Participação Popular, deputada Marília Campos (PT), frisou que a revisão participativa do PPAG é uma oportunidade para a apresentação de demandas da sociedade, sinalizando aquilo que deve ser prioridade ou incorporado ao plano por meio de sugestões.

O deputado André Quintão acrescentou que a incorporação de temáticas novas na agenda, por meio da participação popular no PPAG, já rendeu programas e ações governamentais, como o próprio cofinanciamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em Minas.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**MINAS GERAIS**  
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO  
Executivo  
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL  
Legislativo  
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES  
Judiciário  
DESEMBARGADOR HERBERT CARNEIRO

Secretário de Estado de Casa Civil  
e de Relações Institucionais  
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA  
Subsecretário de Imprensa Oficial  
TANCREDO ANTÔNIO NAVES